

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARÁ

COORDENADORIA
ESTADUAL DA INFÂNCIA
E DA JUVENTUDE - CEIJ



BOLETIM CEIJ

JULHO - DEZEMBRO | 2016

Fórum Cível.
Térreo, salas 1/2.
Rua Cel. Fontoura.
Cidade Velha.
CEP 66015-260.
Belém-PA.
Fones: 3205-2716/2742.

Programa Conta Comigo fortalece compromisso afetivo

O Programa de Apadrinhamento Conta Comigo foi aprimorado para continuar servindo como alternativa ao direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes acolhidos, com previsão de longa permanência nos serviços de acolhimentos.

As modificações, que iniciaram no primeiro semestre de 2016, mais especificamente no mês de maio, culminaram com a reestruturação do Programa e com a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica nº 35/2016, celebrado entre Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Fundação Papa João XXIII (FUNPA-PA), Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Trabalho de Ananindeua (SEMCAT), Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de Marituba e Universidade da Amazônia (UNAMA).

O Acordo prevê atribuições a cada um dos

parceiros na execução e gestão do Programa de Apadrinhamento Conta Comigo. As ações relacionadas à coordenação do Programa, bem como formação e capacitação, ficaram a cargo da Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude. As varas da infância e da juventude ficaram responsáveis pela fiscalização do cumprimento do Programa. A UNAMA também figura como uma das responsáveis pela elaboração e execução das ações de formação e capacitação relativas ao Programa.

Já as secretarias municipais de assistência cooperadas, por meio das instituições de acolhimento participantes, estão responsáveis pela seleção e inscrição de crianças e adolescentes aptas ao apadrinhamento afetivo,

**TJPA e parceiros
definem novas diretrizes
para o programa
“Conta comigo”**



pelo estudo de caso de cada um dos pretendentes ao apadrinhamento e pelo acompanhamento individual dos apadrinhamentos, inclusive com a emissão de relatórios. As equipes interprofissionais

das instituições acolhedoras devem informar à Vara da Infância e da Juventude sobre quaisquer alterações relativas ao apadrinhamento por meio do Plano Individual de Atendimento e por outros meios disponíveis.



Programa Conta Comigo fortalece compromisso afetivo

Nesse novo formato, a CEIJ vem realizando rodas de diálogo com o quadro de funcionários das instituições de acolhimento participantes para que todos conheçam as regras e o fluxo do Programa. Os voluntários, antes de se tornarem padrinhos ou madrinhas afetivos, também passaram por curso de formação básica, na modalidade semipresencial, no qual puderam estudar temas como: vínculo, afeto, compromisso e responsabilidade, além de temas diretamente relacionados aos aspectos jurídicos da institucionalização de crianças e adolescentes em programas de acolhimento, enquanto medida excepcional de proteção.

As crianças e adolescentes elegíveis para o Programa também passaram por curso de capacitação, desenvolvido e executado pelo Serviço de Orientação à Família (SOF) da UNAMA, em que puderam dialogar sobre os seguintes temas: as nuances da relação a ser construída com o padrinho ou madrinha, a ansiedade de espera por uma madrinha ou padrinho e esclarecidos quanto as regras do

Programa de Apadrinhamento. As crianças e adolescentes foram esclarecidas sobre o fato de que o apadrinhamento afetivo não é o mesmo que adoção. E mais: que os padrinhos e madrinhas não vão estar no papel de pai e mãe, mas de padrinho e madrinha, como ocorre em qualquer relação de apadrinhamento.

A celebração de cinco novos apadrinhamentos afetivos ocorreu no dia 10 de dezembro de 2016, na UNAMA, onde os afilhados, afilhadas, madrinhas e padrinhos festejaram o início de uma relação de afeto e compromisso.

De acordo com as novas regras, o Programa Conta Comigo abrange exclusivamente a modalidade afetiva de apadrinhamento, pois se considerou, durante avaliações realizadas, que as demais modalidades (material, empresarial e de prestação de serviços) sem que estivessem associadas ao aspecto afetivo, acabavam gerando frustrações nas crianças e adolescentes. Uma nova turma de formação básica de pretendentes ao apadrinhamento afetivo está prevista para iniciar em fevereiro de 2017.

Conhecendo Minha História garante informações sobre adoção

O Programa Conhecendo Minha História deu um passo largo em 2016: no segundo semestre, foram digitalizados 198 processos de adoção e seus correlatos, oriundas das comarcas de Augusto Corrêa, Belém, Capitação Poço, Ourém, Peixe-Boi, Primavera, Vigia e Viseu.

O objetivo do programa é preservar as informações contidas nos processos de adoção, garantindo maior segurança no manuseio e armazenamento desses documentos, atendendo aos atos normativos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Em vigor neste Tribunal desde 2014, o “Conhecendo Minha História” é coordenado pela CEIJ e executado pela Divisão de Documentação e Arquivo.

Em 2017, será efetivado o realinhamento do Programa pela CEIJ, a partir da avaliação realizada neste semestre, juntamente com a Divisão de Documentação e Arquivo.



**Digitalização facilita
consulta, manuseio
e guarda de
processos de adoção**



Arte e saúde para socioeducandos

A saúde psíquica dos socioeducandos que fazem estágio no TJPA foi alvo da atenção da equipe da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ). Por meio de parceria com a Escola de Ensino Superior da Amazônia (ESAMAZ), serviços de psicologia clínica que a instituição de ensino presta gratuitamente à comunidade se ampliaram para alcançar também aos estagiários socioeducandos.

A parceria com o TJPA possibilitou que a prestação de serviços da clínica-escola com a comunidade, de reconhecido caráter social, contribuiu para a promoção da saúde e prevenção entre os socioeducandos.

Outra instituição parceira do projeto é a Fundação de Atendimento Socioeduca-

tivo do Pará (FASEPA), responsável pelo acompanhamento dos adolescentes nas unidades de cumprimento de medidas socioeducativas.

O Projeto de Oficinas Terapêuticas utiliza o método de trabalho da Arteterapia, com uso das técnicas e expressões artísticas, em busca do autoconhecimento, do desenvolvimento do potencial criativo e do diálogo entre inconsciente e o consciente. O projeto teve início no dia 12 de setembro e finalizou em 28 de novembro, com a participação de 11 socioeducandos que realizam estágio nas instalações físicas do TJPA situadas na região metropolitana. Foram trabalhados temas como autoconhecimento, desenvolvimento emocional e formação profissional.

Instituições se mobilizam para erradicar trabalho infantil

Lançado no dia 29 de agosto de 2016, no Auditório Agnano Monteiro Lopes, do Fórum Cível da Capital, o Plano Paraense de Erradicação do Trabalho Infantil 2016-2019, foi elaborado pelo Fórum Paraense de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalho do Adolescente (FPETIPA), instituição colegiada fundada em 1996 e composta por organizações governamentais e não governamentais, que conta com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). O TJPA é membro do Fórum.

No evento estiveram presentes 120 pessoas, dentre os quais, representantes do sistema de garantia de direitos da Região Metropolitana de Belém, de instituições da iniciativa privada e de órgãos do Poder Executivo Municipal de 22 municípios do estado do Pará.



**O lançamento do
Plano de Erradicação
do Trabalho infantil
teve a participação
do TJPA**



INSTITUIÇÕES SE MOBILIZAM PARA ERRADICAR TRABALHO INFANTIL

Encontro de Fóruns Estaduais

A CEJ participou do Encontro de Fóruns Estaduais, realizado em 22 de novembro de 2016, na sede da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA), em Brasília. Durante o encontro, foi discutido, de forma coletiva, o conceito, os objetivos, a estrutura e a atuação de um fórum estadual ideal. Os debates geraram reflexões norteadoras para a elaboração de planos estratégicos dos fóruns estaduais em 2017.

**Encontro discutiu estratégias
de atuação para um fórum
estadual ideal**

INSTITUIÇÕES SE MOBILIZAM PARA ERRADICAR TRABALHO INFANTIL

3ª Reunião Ordinária do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil 2016

Realizada no dia 23 de novembro de 2016, na Secretaria Especial de Direitos Humanos, em Brasília, a 3ª Reunião Ordinária do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil 2016 também contou com a participação da CEIJ. Dentre os temas debatidos, destacam-se: A aprendizagem profissional: limites e possibilidades; Apresentação e discussão do estudo sobre o Trabalho Infantil nos Grupamentos de Atividades da Cadeia Produtiva Têxtil, a partir de dados da PNAD 2014; Revisão dos critérios para integrar o Fórum Nacional; Ações de mobilização do dia 12 de junho de 2017, Dia Internacional de Combate ao Trabalho Infantil e o estabelecimento dos eixos de atuação prioritários para 2017.

**Temas relacionados à
erradicação do trabalho
infantil foram abordados
na reunião**



Lançado o Fórum Nacional da Justiça Protetiva



9

O Coordenador Estadual da Infância e da Juventude, desembargador José Maria Teixeira do Rosário, participou, no dia 24 de junho de 2016, do lançamento do Fórum Nacional da Justiça Protetiva (FONAJUP), que reuniu mais de vinte magistrados, no auditório da Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ). O evento teve o apoio e articulação da Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude (ABRAMINJ). O FONAJUP é um importante espaço de discussão de

políticas públicas relacionadas à área da Justiça Protetiva de Infância e a Juventude. A participação do Pará no evento contribuiu para o aperfeiçoamento das políticas públicas em nível estadual e nacional. De acordo com informações da ABRAMINJ, “a área protetiva da infância e da juventude passa ter um espaço especificamente voltado ao debate e troca de conhecimentos, por juízes de todos os estados e do DF, acerca de questões cíveis, como adoção, conselhos tutelares, violação de direitos, ações civis públicas”.

**Fórum abordou
políticas públicas de
justiça protetiva da
infância e Juventude**

Infância e Juventude ganham espaço nas discussões nacionais



Congresso discutiu aspectos da proteção da criança, adolescente e jovem

Com a presença de cerca de 60 magistrados, entre eles o coordenador da CEIJ, desembargador José Maria Teixeira do Rosário, foi realizado, em Brasília, no dia 29 de julho de 2016, o Congresso Nacional da Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude (ABRAMINJ). O Congresso debateu temáticas como a redução da idade penal, o regime de proteção a crianças e adolescentes, o longo tempo de acolhimento institucional

de crianças e adolescentes como uma forma de maus tratos e aspectos controvertidos da socioeducação.

A conferência de abertura foi ministrada pelo ministro Carlos Ayres Britto que versou sobre “O Regime Constitucional da Proteção à Criança, ao Adolescente e ao Jovem”. A realização do congresso demarca o espaço da justiça da infância e juventude nas discussões judiciais nacionais a partir da ótica científica.

Colégio de Coordenadores avalia atividades do biênio

O desembargador José Maria Teixeira do Rosário, coordenador da CEIJ, participou do IX Encontro do Colégio de Coordenadores da Infância e Juventude do Brasil, realiza-

da no dia 30 de setembro de 2016, em Brasília. O encontro teve como pauta a apresentação do Fórum Nacional da Infância e Juventude (FONINJ), a divulgação da 2ª Edição

do Levantamento Situacional das Coordenadorias de Infância, a veiculação do Relatório de Atividades do Biênio 2014-2016 e a eleição da nova gestão do Biênio 2016-2018.



Encontro debateu políticas e avaliou atividades referentes à Justiça da Infância e Juventude

Diagnóstico ajuda a aprimorar Justiça da Infância e da Juventude

A CEIJ concluiu o Diagnóstico Preliminar da Justiça da Infância e Juventude e das Unidades que respondem por Crimes contra Crianças e Adolescentes. A ação compõe o Plano de Gestão do TJPA para o biênio 2015-2017, com a finalidade conhecer as práticas e rotinas das unidades, além de saber mais sobre os espaços, equipamentos e pessoal disponível para executar o trabalho relacionado à Justiça da Infância e Juventude e às unidades penais com competência em crimes contra crianças e adolescentes. Destaca-se que 59% das unidades de infância e juventude responderam ao questionário eletrônico da pesquisa, enquanto que 32% das unidades de crimes contra crianças informaram os dados requeridos.

Dentre as perguntas realizadas, constavam questões referentes à alimentação dos cadastros nacionais da infância e da juventude, a prática do depoimento es-

pecial, quadro de pessoal e outras.

A maioria das unidades revelaram a necessidade de aumento no número de servidores, especialmente analistas judiciários na especialidade direito nas secretarias das unidades e a composição de equipe interprofissional compostas minimamente de um pedagogo, um psicólogo e um assistente social. Quanto aos espaços e equipamentos, os respondentes, de maneira geral, informaram necessitar de aumento no número de equipamentos de tecnologia e comunicação, além de reformas e ampliações nos Fóruns.

Esses achados, revelados nas pesquisas mencionadas, são importantes, pois permitem que a CEIJ, com base na realidade encontrada, elabore com melhor propriedade sugestões para o funcionamento e aprimoramen-



to da Justiça da Infância e da Juventude, informando à Gestão sobre as estratégias de fortalecimento deste Poder para o atendimento das demandas envolvendo crianças e adolescentes, considerando os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta que regem as normativas nacionais e internacionais relativas à infância.

16
AIRTON
NAS

Curso aborda Direito da Infância e Juventude



De iniciativa da CEIJ, foi realizada, na modalidade à distância, a primeira turma do curso autoinstrucional de Direito da Criança e do Adolescente, no período de 19 de outubro a 18 de novembro de 2016. O curso foi destinado a magistrados e servidores, com o objetivo de discutir conhecimentos introdutórios na área do Direito da Criança e do Adolescente, como por exemplo, o histórico e a consolidação de princípios jurídicos internacionais e nacionais nesta área.

Com conteúdo apresentado de maneira didática e visualmente interessante, o curso chamou a atenção do público alvo, que pôde avaliar seus conhecimentos na área, por meio de questionários disponibilizados na própria plataforma de educação à distância.

A capacitação, originalmente criada e desenvolvida pelo Conselho Nacional de Justiça - CEAJUD (Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário), foi adaptada pelo Núcleo de Assessoramento Especializado da CEIJ e disponibilizada pela Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal do TJPA, obtendo a participação de 76 inscritos.

A disponibilização do curso on line se coloca como alternativa para a formação básica dos servidores na área da Justiça da Infância e da Juventude, especialmente os recém-empoados. A CEIJ, juntamente à Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal, espera disponibilizar outras turmas do curso ao longo do ano de 2017.



Evento celebrou 10 anos de acolhimento a crianças e adolescentes com necessidades especiais

Evento comemora 10 anos do Abrigo Calabriano

O desembargador José Maria Teixeira do Rosário, coordenador da CEIJ, participou da Celebração de 10 anos do Abrigo Especial Calabriano, realizada no dia 25 de agosto de 2016. Na ocasião foi celebrada uma missa na Igreja São Raimundo Nonato. Depois, houve comemoração no serviço de acolhimento institucional. Estiveram presentes autoridades do sistema de justiça da infância e juventude, pesquisadores que estudam o tema da institucionalização, representantes do sistema de garantia de direitos e da sociedade civil que atuam como voluntários na instituição.

Mesa discute adoção *Intuitu Personae*

A mesa de debates *Adoção Intuitu Personae: consensos e dissensos*, realizada no dia 2 de dezembro de 2016, promoveu o debate sobre o tema, a partir de seus aspectos jurídicos como forma de possibilitar a ampliação de conhecimentos dos aspectos biológicos e psicológicos do desenvolvimento infanto-juvenil. Participaram da mesa de debates o Profº Dr. Antônio Pereira Júnior, que palestrou sobre o tema “Aspectos do neurodesenvolvimento infanto-juvenil e seus períodos críticos”, a palestrante Profª Dra. Laiane Corrêa, que versou sobre “O estabelecimento de vínculos nos primeiros anos de vida: relações de apego e adoção” e o magistrado Francisco Jorge Gemaque Coimbra, que tratou da temática “Aspectos jurídicos e sociais da adoção *intuitu personae*”. A mesa foi presidida pela Coordenadora Estadual da Infância e da Juventude, em exercício, magistrada Danielle de Cássia Silveira Buhnrnheim. Estiveram presentes no evento 34 participantes, entre magistrados e servidores, que atuam em Varas da Justiça da Infância e da Juventude, do TJPA. A atividade é a primeira etapa de um programa interinstitucional mais amplo que terá a finalidade de prover atendimento às famílias que pretendem entregar seus filhos para adoção. Em um segundo momento, planeja-se reunir a comunidade sociojurídica e toda a rede de atendimento para a ampliação das intervenções sobre a temática.



**Encontro discute
consensos e dissensos
da adoção direta.**

